

Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001-2010

*Maria de Fátima Lessa Bellé**

*Gilberto Luiz Alves***

*Celso Correia de Souza****

O objeto de estudo deste artigo é o Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã (MS). Os objetivos perseguidos procuram explicitar as condições de existência dos trabalhadores rurais e os impactos do projeto sobre o desenvolvimento regional. Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II foram descritos, ressaltando os programas previstos e a participação dos movimentos sociais na sua construção. Os dados levantados revelam, em especial, que a insuficiência de recursos financeiros e a falta de experiência de trabalho coletivo vêm contribuindo para a reconcentração de terras.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Desenvolvimento Regional. Assentamento Itamarati.

Introdução

O presente artigo tem por objeto o Projeto de Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS), e visa a explicitar as condições de existência dos trabalhadores e os impactos sobre o desenvolvimento regional no período de 2001 a 2010. Existem amplos debates sobre a distribuição de terras e o processo de reforma agrária no Brasil. Porém, a transformação da Fazenda

* Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. lessabelle@ibest.com.br.

** Mestre em Educação pela UFSCAR-SP. Doutor em Educação pela UNICAMP-SP. Pós-Doutorado em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP-SP. gilbertoalves9@uol.com.br.

*** Mestre em Matemática Aplicada – UNICAMP Doutor em Engenharia Elétrica. UNICAMP. csouza939@gmail.com.

The object of this work is the Itamarati Settlement, located in Ponta Porã country, State of Mato Grosso do Sul. The goals pursued to explain the living conditions of workers and the project impacts on regional development. The development plans of Itamarati Settlement I and Itamarati II have been described highlighting the programs and participation of

social movements in building. The data collected show in particular that the lack of financial resources and lack of experience of collective work are contributing to the re-concentration of lands.

Keywords: Agrarian Reform. Regional Development. Itamarati Settlement.

Itamarati em assentamento rural suscitou muitas expectativas, pois a proposta era a de produzir toneladas de grãos nas mãos de “sem-terra”, sob a forma de trabalho coletivo.

Diferente da maior parte das terras destinadas à reforma agrária, a área desapropriada era considerada um modelo em produção agropecuária, produzia toneladas de soja, além de outros grãos.

A Fazenda Itamarati foi transformada em assentamento rural a partir de 2001. Segundo os elaboradores do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, no desdobramento das ações, seria levada em consideração a participação dos assentados na sua construção, dando ênfase ao cooperativismo e prioridade ao atendimento das necessidades dos trabalhadores rurais.

Para compreensão e análise dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Itamarati I e II, fez-se necessário um estudo da legislação, da política de reforma agrária e do processo de distribuição de terras e colonização de Mato Grosso do Sul.

Os dados qualitativos foram levantados por meio de entrevistas, compondo um conjunto de informações sobre os resultados da execução dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos I e II. O uso dessa técnica permitiu descrever as diferentes percepções da realidade: a institucional, pelos representantes dos órgãos de governo, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER –, presentes no assentamento, e a dos assentados, pertencentes aos diferentes movimentos sociais participantes: o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST –, a Central Única dos trabalhadores – CUT –, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI – e a Associação dos Moradores e (ex) Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI.

Os resultados obtidos foram comparados com os Indicadores do Desenvolvimento Humano – IDH – do município de Ponta Porã, divulgados com base nos dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, tomando como referência o uso e ocupação do território, o processo de produção, as expectativas quanto ao mercado e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, com vistas à sustentabilidade do projeto de assentamento. Dessa forma, foi possível avaliar os impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, revelando os reflexos da política da reforma agrária.

1. O processo de colonização em Mato Grosso do Sul

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul não difere do processo histórico ocorrido em todo o país, pois significa a resistência dos pequenos trabalhadores rurais a uma formação territorial centralizada nos interesses de concentração e exploração de grandes empresas e grandes latifúndios, apoiada pelo Estado.

Mato Grosso do Sul, em sua trajetória histórica, sempre teve seu espaço rural dominado pelo latifúndio. O território que compreende os Assentamentos Itamarati I e Itamarati II já pertenceu à Companhia Matte Larangeira¹ e parte da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. A Companhia Matte Larangeira foi considerada o primeiro grande empreendimento privado implantado na região sul do antigo Mato Grosso e chegou a dominar uma área de, aproximadamente, dois milhões de hectares na exploração da erva-mate.

A companhia Matte Larangeira foi uma das maiores arrendatárias de terras do Brasil no período da 1ª República desenvolvendo a exploração da erva-mate. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto n.º 8.799, do Governo Imperial, datado de nove de dezembro de 1882, o qual legaliza a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na fronteira Brasil-Paraguai, província de Mato Grosso, a Thomaz Larangeira. Este se associa em 1892 ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, polí-

¹ A grafia Larangeira com “g” advém do sobrenome de Thomaz Larangeira, fundador da Companhia Matte Larangeira.

ticos influentes junto ao Governo republicano da época. Desta união, originou-se a Companhia Matte-Larangeira e em 1902 esta Companhia transformou-se na Firma Larangeira Mendes & Cia.²

Depois de longo período da exploração da erva-mate, o processo de colonização deflagrado pelo governo federal provocaria, nessas áreas, uma mudança nas relações de produção. A campanha “Marcha para Oeste” foi desencadeada em 1938 por Getúlio Vargas e propunha a participação de todos os brasileiros na construção do Estado Novo. Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a campanha, integradas ao desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que alcançariam as conquistas de regiões mais avançadas economicamente.

Para o governo Vargas, a empresa representava um perigoso vetor de desnacionalização da fronteira, além de um obstáculo que deveria ser removido a qualquer custo, pois barrava o prosseguimento da “Marcha” que garantiria a ocupação da região com brasileiros natos.³

No campo econômico, a colonização mostrava sua diretriz. Contudo, foi necessário mais do que essa política para que a sociedade aceitasse a ideia da Marcha para Oeste. Em 1943, com o Decreto n. 5.941, a CAND foi implantada no recém-criado Território Federal de Ponta Porã. Após a extinção do Território em 1946, a área reservada para a colônia foi reintegrada ao estado de Mato Grosso.

Esse projeto atraiu muitos imigrantes, favorecendo o aumento do contingente demográfico na região com a fixação de, aproximadamente, 35.000 habitantes, o que favoreceu a “criação de um mercado consumidor responsável pela expansão e concentração de atividades comerciais na cidade de Dourados que, de forma embrionária, assumia o papel de principal polo regional do extremo sul do estado”⁴.

Com a criação da Colônia Nacional, também, vieram companhias de colonização privada que acabaram adquirindo extensas áreas do governo ou de particulares.

²CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro (1870-1930)*. Campo Grande: UFMS, 2008, p.11.

³TERRA, Ademir. O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. *Campo - Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, fev. 2010, p. 175.

⁴*Idem*, p. 177.

Na década de 1970, Olacyr de Moraes, incentivado pelo governo, adquiriu uma extensa área na região sul do estado, contou com crédito fácil e juros subsidiados, participando do processo de mudança ocorrido nas relações econômicas e sociais de produção da agricultura nacional, dando origem à Fazenda Itamarati.

Contudo, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, as tensões e conflitos aumentaram na área rural sul-mato-grossense, envolvendo grandes proprietários de terra e arrendatários, posseiros, trabalhadores assalariados, brasiguaios⁵, indígenas e trabalhadores sem-terra, que passaram a lutar pelo direito a terra. Período em que um número significativo de famílias estava à espera de seus lotes na região sul do Estado.

Como resultado, iniciou-se um processo de ocupação dos latifúndios e, como consequência, a formação de acampamentos rurais em Mato Grosso do Sul, reclamando pela efetivação da reforma agrária. Esse quadro corresponde à análise de Garcia⁶, para quem “as ocupações resultam do cansaço dos trabalhadores rurais de esperar pela reforma agrária”.

Essa situação exigiu do Governo um reordenamento das políticas públicas no atendimento à população sem-terra. A questão agrária⁷ expressa nos movimentos sociais em defesa da distribuição democrática de terras representa mais uma manifestação da questão social. Portanto,

[...] compreende relações de poder econômico e político-cultural entre sujeitos antagonônicos com interesses e perspectivas diferenciados em torno da propriedade da terra no capitalismo e seus diferentes usos e, sobretudo na particularidade brasileira, em seus diferentes momentos históricos⁸.

⁵ Brasiguaios são brasileiros estabelecidos em território da República do Paraguai, em áreas fronteiriças com o Brasil. A presença dos brasiguaios, apesar de trazer um surto de crescimento econômico à região, provocou sentimentos nacionalistas e xenófobos entre os paraguaios, ocasionando o retorno dessas famílias ao Brasil no início da década de 1980.

⁶ GARCIA, Severina. *Assentamentos rurais: expressão da questão agrária*. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 185.

⁷ Questão Agrária refere-se à dinâmica perversa que decorre da estrutura agrária do país, altamente concentrada; dinâmica que produz pobreza, miséria e bloqueia as possibilidades de desenvolvimento dos miseráveis do campo do Brasil hoje. GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p. 183.

⁸ GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p. 183.

Ressalta-se que esse movimento de reivindicação de terras ao Estado, teve como suporte de legitimação a mediação exercida pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – da Igreja Católica e por Igrejas Protestantes nos movimentos sociais rurais organizados.

2. Reforma Agrária e Movimentos Sociais

O Estatuto da Terra, Lei n. 4.504/1964, considerado o Código Agrário Brasileiro, estabeleceu em seus artigos os rumos da política de reforma agrária e da política fundiária. Mas pouco avançou ao manter a concentração de terras nas mãos da burguesia agrária.

As propostas de governo para o meio rural, publicadas no documento “*Agricultura familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*” apresentadas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC –, delineiam o enfrentamento da crise econômica-política que o país vivia, motivada pela concentração de renda e riqueza oriunda do modelo agrícola existente. A perspectiva era romper com essa herança e retomar o crescimento.

O referido documento propõe uma nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro, declarando dentre seus objetivos “promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em âmbito local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais”⁹. Seriam usados como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, a redistribuição de terras e dos benefícios da educação e o estímulo às múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. Como parte da proposta, foi criado o Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONAF.

As regras de financiamento para os assentados foram alteradas, colocando-os em igualdade com os agricultores familiares, pois seria injustiça oferecer

⁹MDA. *Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural* – Política de Desenvolvimento Rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

melhores condições aos primeiros. Alentejano¹⁰ observa que tal política poderia ser compreendida como um exemplo de “socialização da injustiça”, coerente com o ajuste neoliberal.

É pertinente afirmar que fazer a reforma agrária não consiste apenas em distribuir os lotes de terras para as famílias, mas também em manter essas famílias em seus lotes, que necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de animais, adubos, sementes e maquinários. Ou seja, os assentados necessitam de infraestrutura para que possam se fixar a terra. Portanto, deve ter como objetivos redistribuir a terra, fixar o homem nela e favorecer o desenvolvimento da agricultura.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas novas diretrizes para a reforma agrária, por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003. A reforma agrária executada pelo INCRA pretendia integrar-se a um projeto nacional de desenvolvimento massivo, de qualidade, gerador de trabalho e produtor de alimentos.

Nesse sentido, o que se buscava com a reforma agrária era a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para alcançar esses objetivos, a proposta indica que deveria ser levada em conta a adoção de instrumentos fundiários voltados para cada público e para cada região. Para tanto, faziam-se necessários a adequação institucional e normativa para intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários, o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais, a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas¹¹.

A legislação brasileira deliberou que as propriedades rurais destinadas à reforma agrária poderiam ser obtidas pela União através da expropriação ou da compra. A Lei n. 8.629/93 preconizou que “a propriedade rural que não cumprir

¹⁰ ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do Governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, n. 1, São Paulo: USP, 2004, p. 9. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revista_agraria/revistas/1/alentejano.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2010.

¹¹ INCRA. *Programa Nacional de Reforma Agrária*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>> Acesso em: ago. 2009/ago. 2011.

a função social é passível de desapropriação”. Ao INCRA, foi delegada a atribuição de avaliar a produtividade da terra a partir de índices preestabelecidos.

Nesse contexto, fundamentado pela legislação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – passou a exercer grande pressão para a distribuição de terras, valendo-se da ocupação de propriedades consideradas improdutivas como marco de sua maior manifestação. Para Caldart, a categoria “Sem Terra” é um nome próprio que identifica hoje um sujeito social e um processo de formação humana. [...] “O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com identidade e seu nome próprio: Sem Terra”¹².

Destaca-se que o MST resultou de todo um processo de lutas sociais pela conquista da terra. Até o final da década de 1970, os movimentos sociais rurais desenvolviam-se de forma isolada em várias regiões do Brasil. Porém, em 1984, foi realizado em Cascavel (PR) o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, marco do surgimento do MST. A partir de então, os trabalhadores rurais dedicaram-se à tarefa de organizar um movimento nacional, objetivando agregar forças para a luta pela terra, para a luta pela reforma agrária, a fim de viabilizar um novo modelo agrícola e, ainda, para a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e por um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

Com apoio do MST, os trabalhadores rurais se organizaram para pressionar o governo, por meio de manifestações e ocupações, com o propósito de acelerar a reforma agrária e garantir o acesso à terra para milhares de trabalhadores rurais.

A demanda por terra, que nas últimas duas décadas deram novas formas aos movimentos sociais e cuja expressão maior é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, expressa a recusa dessa população ao processo de exclusão – raiz do fenômeno assentamento. Mas a sua viabilidade passa pelo aparato burocrático do Estado e por políticas específicas¹³.

Nos anos de 1980, o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira e hino. O MST registrou em sua história muitas conquistas, que transformaram a vida de milhares de famílias. Entretanto, suas ações chocam-se com

¹² CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-24, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br.php>>. Acesso em: 11 jan. 2011. p 3.

¹³ GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p.184.

os interesses dos grandes proprietários rurais, provocando embates e confrontos na disputa pela terra.

Nas últimas décadas, intensificaram-se as manifestações de movimentos sociais pela aquisição de um pedaço de terra. São famílias inteiras que ficam em acampamentos ao longo das rodovias, organizados por entidades como a Fetagri, o MST e a CUT. Eles protestam contra a paralisação da reforma agrária pelo Estado, reclamam da falta de alimentos nos acampamentos e a deficiência das políticas públicas. Dados do INCRA revelam que a Fetagri é responsável pela maioria das ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, por meio dos vários sindicatos rurais presentes nos municípios sul-mato-grossense¹⁴.

A aquisição da Fazenda Itamarati pela União tinha por objetivo “tentar reverter o quadro politicamente desfavorável em que o governo estava colocado, do ponto de vista da questão agrária, resultante das ofensivas dos movimentos sociais rurais [...]”¹⁵.

Na transformação da Fazenda Itamarati em assentamento rural, os grupos MST, CUT e Fetagri tiveram grande participação no processo de negociação e distribuição dos lotes, que culminou com a contemplação de seus filiados.

3. O Assentamento Itamarati

Na década de 1980, a fazenda Itamarati foi considerada um símbolo nacional de agricultura moderna e, por várias vezes, bateu recordes nacionais e internacionais na produção de soja, milho e algodão. Olacyr de Moraes ficou mundialmente conhecido como o “Rei da Soja”.

A modernização da agricultura pode ser definida como um processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, no qual as unidades produtoras passam a empregar, de maneira intensiva, máquinas e insumos modernos, métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, tratamentos culturais e de processos de colheita mais sofisticados¹⁶

¹⁴ TERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2009, p. 90.

¹⁵ TERRA, Ademir. *O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. Campo – Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev. 2010. p. 191.

¹⁶ TERRA, Ademir. *Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em

A Fazenda Itamarati foi comprada pela União e incorporada ao INCRA, para fins da reforma agrária, está localizada na Rodovia Estadual MS 164, distante a 45 km da sede do município de Ponta Porã, que pertence à microrregião de Dourados e à mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul.

A transformação da Fazenda Itamarati em assentamento transformou-se no principal projeto de assentamento desenvolvido no Brasil. Esse processo ocorreu em duas etapas. Em 2001, o Governo Federal adquiriu parte da Fazenda Itamarati em poder do Banco Itaú e repassou as terras para o INCRA. Em 2003, comprou o restante de Olacyr Moraes, com vistas à proposta de aceleração do desenvolvimento do Programa de Reforma Agrária do Brasil, somada à perspectiva de atender boa parcela de famílias de “sem-terra” acampadas na região sul-mato-grossense.

A distribuição das terras também foi feita em duas etapas. A primeira, com a designação de Assentamento Itamarati em 2003, atendeu 1.145 famílias, distribuídas em 25.508 hectares. Elas se originavam de quatro movimentos sociais rurais diferentes: a CUT, o MST, a FETAGRI e a AMFFI, cujos integrantes reivindicavam parte da fazenda como indenização trabalhista.

A segunda etapa do projeto, o Assentamento Itamarati II, teve início em 2006. Foram distribuídos 24.619 hectares e beneficiadas 1.692 famílias. Além dos quatro movimentos contemplados no Assentamento Itamarati I, o Itamarati II contou com a inclusão da Federação da Agricultura Familiar – FAF –, um grupo dissidente da CUT.

3.1. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – definiu as ações a serem desenvolvidas pelos assentados, com base na avaliação das condições de solo, clima, vegetação, água, levando em consideração as expectativas dos assentados, suas histórias de vida, vontades e perspectivas.

Em razão de o INCRA-S16/MS ter distribuído as terras do Assentamento Itamarati em 2003 e do Itamarati II em 2006 e de ter elaborado o PDA Itama-

Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Presidente Prudente, SP, 2009, p. 179.

rati II durante o andamento do PDA Itamarati, alguns documentos analisados referem-se aos respectivos assentamentos como Itamarati I e Itamarati II, denominações que adotaremos neste artigo.

Na elaboração do PDA Itamarati I, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Instituto e Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS – IDATERRA¹⁷ –, órgão formulador, contou com a parceria do INCRA-S16/MS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS –, representada pela Fundação Cândido Rondon, e representantes da CUT, MST, FETAGRI e AMFFI já assentados.

Na construção da metodologia, após discussão a respeito de um modelo de PDA que se adequasse ao Assentamento Itamarati, optou-se pelo “*Diagnóstico de Cadeias Produtivas*” e o “*Modelo participativo*”¹⁸.

As reuniões com os técnicos do IDATERRA, responsáveis pela produção do PDA Itamarati I, e lideranças dos movimentos sociais, visavam à elaboração dos projetos de produção e gestão, seguindo um cronograma de atividades com início em outubro de 2002 e conclusão em junho de 2003. Como estratégia de ação foram realizadas 6 rodadas de reuniões, com 18 grupos formados por representantes dos movimentos sociais rurais.

De início houve a preocupação com o esclarecimento aos parceiros¹⁹ sobre os conceitos do PDA e do plano de trabalho, bem como o levantamento das suas expectativas quanto à carteira agrícola comercial, a fim de se realizarem as análises técnicas (edafoclimáticas), de viabilidade econômica e de sustentabilidade por meio de diagnóstico de cadeias produtivas.

Na sequência de reuniões, os técnicos do IDATERRA, juntamente com os assentados, definiram os modelos de cultivo, áreas cultivadas correspondentes a

¹⁷ O IDATERRA foi extinto e, no Governo de André Puccineli, o órgão responsável pela execução dos projetos de extensão rural desde então passou a ser a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER –, pertencente à Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável – MS.

¹⁸ Mato Grosso do Sul. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão de Mato Grosso do Sul – IDATERRA. *Plano de Desenvolvimento Assentamento Fazenda Itamarati*, Campo Grande, MS, jun. 2003, p.1.

¹⁹ Parceiros: No PDA Itamarati I essa denominação foi dada ao grupo de assentados participante da elaboração do plano, o mesmo que **parceiros**. A expressão “parceiro” também aparece no PDA Itamarati II.

cada cultura e distribuição espacial. Para tanto, foi realizada a análise dos potenciais de cultivo das diversas atividades propostas na primeira rodada de reuniões, quando se levantou a carteira de intenções de plantio econômico para o Assentamento Itamarati I, levando-se em conta os fatores edafoclimáticos da região, o investimento necessário para implantação e custeio, a capacidade de atendimento da assistência técnica, a rentabilidade para cada cultura ou atividade, o grau de tecnologia a ser utilizado, a potencialidade de verticalização e o mercado.

Terra observa que a Fazenda Itamarati, ao se transformar em assentamento, colocou a Reforma Agrária implantada no Brasil em outro patamar:

Destarte, a transformação da Fazenda Itamarati em assentamento foi oportuna no sentido de rebater com fortes argumentos e ações as críticas dirigidas à atuação do governo voltada às reformas sociais, uma vez que estaria disponibilizando aos assentados, nesta porção do território sul-mato-grossense, o acesso a um lote numa área bem localizada do ponto de vista logístico, como também bem servida de recursos naturais (solo, água, clima, etc.) e portadora de uma poderosa infra-estrutura, responsável pela elevada produtividade da antiga fazenda. Se essa infra-estrutura encontrava-se defasada para o padrão do agronegócio para a agricultura familiar não estava em pauta²⁰.

Nesse processo de discussões, foram definidas a carteira agrícola de subsistência e a carteira agrícola comercial de cada grupo de assentados, ou seja, foi definida a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da produção.

Na etapa seguinte, houve a preocupação em “desenvolver a consciência” da cooperação entre os assentados e estabelecer uma estrutura organizativa capaz de mobilizar e representar o trabalho conjunto de parceiros, no exercício de gestão efetiva do processo de desenvolvimento sustentável do Assentamento Itamarati. Assim se viabilizaria a autogestão do Projeto de Assentamento Itamarati pelo processo de cooperação democrática. Na última rodada, foram apresentados os projetos de Produção e Gestão do Assentamento Itamarati, para análise final e aprovação por parte dos assentados.

A “análise de cadeias produtivas” foi escolhida como método do PDA Itamarati I, pois se preocupa em descrever os elementos que formam o objeto de estudo, além de fazer a inter-relação entre todos, físicos e biológicos, principalmente o homem.

²⁰ TERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2010, p. 193.

Observa-se entre as metodologias do PDA Itamarati I que a escolha da associação apontava para a complementaridade das ações na construção do plano. Geralmente, a análise de cadeias produtivas é elaborada por equipe técnica das instituições que prestam assistência. Mas, o “modelo participativo” permitiu o acesso às informações sobre o modo de vida dos assentados. Com isso, obteve-se a redução do tempo, do custo e dos riscos inerentes às atividades do planejamento.

Na distribuição de lotes do Assentamento Itamarati I, a CUT, representada por 280 famílias, recebeu uma área total de 6.287 ha. O MST foi representado por 320 famílias. A Fetagri, com 395 famílias, recebeu uma área de 7.727 ha e a AMFFI, representada por 150 famílias, recebeu 4.487 ha²¹.

Na organização para o trabalho, esses grupos se subdividiram em subgrupos de produção para o desenvolvimento do PDA I, caracterizado pelo sistema de produção individual e coletiva. Mas, nos documentos analisados, observamos que alguns subgrupos receberam apenas o lote individual. É o caso dos subgrupos da Fetagri, cujos lotes individuais destinavam-se à exploração da pecuária.

Na distribuição dos lotes individuais do Assentamento Itamarati I foram formadas as **agrovilas**. Os elaboradores do PDA defendiam que tal estratégia traria vantagens para as famílias assentadas, oportunizando a socialização e facilitando o acesso à infraestrutura necessária para atender suas demandas. Entretanto, essa formação trouxe maiores vantagens ao Estado, pois, com as agrovilas, potencializaram-se os recursos na efetivação das políticas sociais, atendendo um número maior de famílias com um custo menor.

Com relação ao sistema de produção, nos assentamentos da região é utilizado o cultivo de sequeiro. Porém, o Assentamento Itamarati I difere dos demais pela presença dos pivôs de irrigação.

O cultivo na área de sequeiro é o sistema denominado convencional, ou seja, aquele caracterizado por práticas tradicionais de preparo do solo e posterior plantio, utilizando trator e, até mesmo, tração animal. Sobre essa técnica, os assentados possuíam maior domínio. No sistema irrigado, com a presença do “pivô central”, os assentados adotaram o plantio direto, caracterizado pela grande utilização de insumos químicos, especialmente agrotóxicos. Os insumos utilizados bem como os tratos culturais eram previamente definidos entre os assentados e técnicos, mas poucos assentados tinham o domínio da técnica, além da dificuldade demonstrada para exercer o trabalho coletivo.

²¹ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 14.

Na análise do PDA I, observou-se que os produtores se depararam com problemas limitantes para o desenvolvimento da comercialização da produção em escala, realizada com base na irrigação por pivô. Podem ser destacadas: (1) “As dificuldades para comercializar seu excedente de produção a preços compensatórios, uma vez que tanto a produção quanto a comercialização estavam desorganizadas.” (2) “As intempéries climáticas (veranicos, geadas e excessos de chuvas), que provocavam a perda de colheitas, de investimentos e a incapacidade de pagamento dos créditos de custeio.” (3) “O baixo nível tecnológico por carência de recursos e conhecimento”.²²

No PDA I aponta uma lista de questões que interferiam na produtividade e contribuíam para atrasar o processo de execução, destacamos: (1) A tradição cultural de trabalho: os assentados não estavam acostumados a cuidar de suas terras, eram executores de ordens e subsistiam no dia a dia através de salários ou diárias. Estavam, portanto, despreparados para a administração dos lotes individuais. (2) Ausência de capital inicial: as atividades exercidas pelos assentados antes da elaboração do PDA não permitiam a acumulação de capital. (3) Falta de experiência nas relações de trabalho, ou seja, incapacidade de saber atribuir valor justo ao serviço ou à mercadoria, ficando, muitas vezes, à mercê da exploração financeira. (4) Falta de conhecimento para gerenciar investimentos decorrentes de contratos com bancos ou mercados. A maior parte dos assentados não tinha visão administrativa de previsão orçamentária. (5) Escassa educação básica, pouca prática de leitura e aritmética, daí a dificuldade de entendimento de palestras ou cursos. (6) Necessidade de uso de novas tecnologias: o estudo revelou que a maioria dos assentados estava fora do sistema produtivo há vários anos, o que dificultava a adoção de novas tecnologias²³.

Dentre os objetivos específicos do PDA I, podem ser destacados: organizar as famílias assentadas quanto à moradia, produção e comercialização; organizar projetos nas áreas da saúde, educação e trabalho, visando à melhoria da condição de vida do assentado e de sua família; implantar a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e elaborar, em conjunto com os assentados, o sistema de gestão para o Assentamento Itamarati.

²² MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 17.

²³ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 19.

O plano também prevê a Assistência Técnica, efetuada em reuniões com os assentados, em grupos coletivos de interesse comum e/ou individualmente nos lotes, quando seriam repassadas as orientações técnicas aos agricultores. Levou-se em consideração na formação dos grupos a possibilidade de reunir assentados com interesses comuns, com proximidade das residências (vizinhança) e com algum tipo de vínculo entre as famílias.

O PDA Itamarati I, além de todo investimento voltado para a agricultura comercial, também reconhece a importância da agricultura de subsistência para a família. Pois, a agricultura de subsistência pode conviver com outras formas de produção. Muitos assentados podem praticar essa forma de plantio para o seu sustento pessoal e familiar e, ao mesmo tempo, exercer outras atividades produtivas para a comercialização. Portanto, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Local ou Regional de Agricultura que contemplasse as duas formas de atividades agrícolas, com vistas à garantia de atendimento às necessidades básicas de subsistência dessas famílias e de produção de excedentes para comercialização.

No PDA Itamarati I, também foi prevista a criação de animais destinados à subsistência, dentro de uma proposta agroecológica, mas sem a necessidade de se praticar uma pecuária totalmente orgânica. Foram observados os padrões institucionais ou legais impostos pelas certificadoras nacionais ou internacionais quanto aos cuidados com o rebanho. Os assentados optaram pelo gado leiteiro quando, além da subsistência, foi previsto o comércio do leite e seus derivados. Sobre essa atividade, observou-se que a estrutura de mercado de produtos lácteos no Brasil é bastante complexa e exige modificações rápidas para se adequarem ao mercado globalizado.

Para as áreas coletivas, foi avaliada a possibilidade de plantio de grãos como soja, milho, arroz e feijão, pois dispõem de créditos para o plantio. Nos casos de plantio comercial, houve maior investimento na soja e no milho. Os grupos propuseram destinar parte dessa produção para a subsistência.

Além da definição e forma de desenvolvimento das atividades agropecuárias, foi discutido o modelo de gestão, tanto para a produção individual quanto para a área coletiva, de forma a garantir a distribuição proporcional dos produtos em função do número de membros de cada família e o quantitativo de força de trabalho para as práticas de cultivo e criação.

Como proposto no PDA I, foi discutida com os assentados a possibilidade de desenvolvimento da atividade agroindustrial. Com isso, realizou-se um levantamento dos produtos agrícolas pretendidos e dos cursos e recursos demandados, visando à comercialização daqueles.

As atividades da agroindústria foram divididas em 3 grupos específicos. Os assentados que trabalham com produtos denominados “in natura” e que os oferecem ao mercado consumidor, após utilizarem os serviços de limpeza, classificação e acondicionamento em embalagens, foram incluídos no grupo um. Essa categoria se enquadra nos grupos denominados “para-rurais”, que têm nos produtos hortigranjeiros sua principal fonte de renda. No segundo grupo, foram incluídas as atividades agroindustriais voltadas para as alterações dos aspectos físicos dos produtos através do beneficiamento ou processamento. Nesse grupo encontramos os legumes ou hortaliças semiprontos para o consumo, devidamente embalados e preparados para consumo imediato. O terceiro grupo comporta alterações mais profundas nos produtos. Esse tipo de agroindústria promove alterações nas características físicas, químicas ou biológicas pela transformação dos produtos primários. É o caso da produção de queijos, doces, açúcar mascavo, picles, cachaça e frutas desidratadas²⁴.

3.2. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati II

O PDA Itamarati II foi elaborado pela Fundação Cândido Rondon e seguiu os mesmos pressupostos e objetivos do PDA Itamarati I. Procurou legitimar-se como proposta fundamentada em ações integradas e conscientes de forma a “propiciar aos arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais sem-terra, a possibilidade de se tornarem legítimos proprietários, produzindo em terras férteis, com um sistema de produção organizado”, com vistas ao atendimento da demanda do mercado. O texto afirma que o PDA II enquadrou-se no modelo do “Programa de Reforma Agrária – TERRAVIDA”, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA²⁵.

²⁴ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 222-223.

²⁵ Mato Grosso do Sul. Fundação Cândido Rondon – FCR. *Plano de Desenvolvimento Fazenda*

Esse programa previu como alternativa a construção e implantação do modelo de ocupação de terra denominado “Sistema Sócio-proprietário”, uma alternativa aos modelos tradicionais de reforma agrária utilizados nas décadas de 1980 e 1990.

Destinado ao atendimento de 1.692 famílias assentadas, na segunda etapa do projeto de Assentamento Itamarati, o PDA II foi construído sob a ótica de uma produção socialmente integrada, na qual essas famílias seriam preparadas para desenvolver suas habilidades e competências de modo organizado e economicamente viável²⁶.

As famílias assentadas no Itamarati II, de acordo com o programa adotado, receberam duas frações de lote, uma individual e outra coletiva. A primeira, denominada Sítio Familiar, seria uma área reduzida, onde as famílias desenvolveriam atividades de acordo com sua vocação: pomar, horta, pequena criação de animais, podendo financiar uma ou mais atividades pelo Programa de Crédito Financeiro e Desenvolvimento Rural do Governo Federal – PRONAF.

A outra fração foi denominada Área Societária, onde seriam desenvolvidas as atividades coletivas, objetivando gerar renda para a distribuição entre as famílias, e, ainda, oferecer suporte para a produção nos sítios familiares. A adoção do modelo TERRAVIDA no Assentamento Itamarati II implantou um novo modelo de ocupação de terra: o Sistema Sócio-proprietário de Assentamento. Seguindo essa metodologia, o Governo do Estado baseou suas ações no Sistema Agrovida, daí ter previsto a distribuição espacial da propriedade da seguinte forma: 65% de área societária, 15% destinada à produção de alimentos para consumo e 20% de reserva ambiental.²⁷

Seguindo as diretrizes do Sistema Agrovida, foi distribuída a proporção de 12 ha por família, sendo 2,4 ha destinados à reserva legal, onde poderiam ser desenvolvidas atividades de exploração de animais silvestres; 3,0 ha para o sítio familiar, onde as famílias desenvolvem atividades de sua vocação, e 6,6 ha para o exercício de atividades coletivas, com o objetivo de obter renda e emprego de sistema associativo que facilite a construção do sistema societário, permitindo a organização do trabalho e a distribuição de tarefas entre as famílias²⁸.

Itamarati II, Campo Grande, MS, abr. 2006, p.24.

²⁶ MS – FCR – PDA II, *Op. Cit.* 2006, p.24.

²⁷ *Idem* p. 26

²⁸ *Idem* p. 26

Segundo a ótica dos elaboradores do PDA, o programa Agrovida implica “uma visão de desenvolvimento rural sustentável”. Sendo descentralizado, as famílias tornam-se agentes de transformação e mudança da sociedade, transformando seus membros, antes excluídos, em cidadãos ativos.

[...] ou seja, a sua base estrutural está concentrada na organização de novas comunidades, onde o ser humano representa o topo da pirâmide, a base, o convívio com a natureza e o meio, uma nova proposta produtiva, agroindustrial e comercial que permita o desenvolvimento de um modelo diferenciado de socialização da produção, e que pode ser compreendido como um sistema de capitalismo – cooperativo²⁹.

Convém ressaltar que nos dois Planos de Desenvolvimento o modo de vida das famílias e o aspecto ambiental foram analisados. Verificou-se a preocupação de estabelecer corretas diretrizes de exploração sobre as culturas, respeitando o cuidado com a gestão ambiental, bem como a atenção aos pontos emblemáticos da área social como educação, saúde, cultura e lazer.

Porém, em consonância com os estudos analisados, é preciso observar que os programas de reforma agrária no país podem não apresentar os resultados esperados, porque na sua execução sofrem interferências do mercado, dos mecanismos de incentivos e da estrutura institucional. Além do mais, a metodologia adotada incentivava os assentados a se organizarem em cooperativa ou associação, forma de gestão que levaria à obtenção de maior êxito ao longo de seu processo de desenvolvimento, superando experiências anteriores dos grupos em formação. Mas isso exigia adaptação.

Em função dos pivôs de irrigação, a produção coletiva gerava uma série de expectativas quanto à produção em escala. Proposta desafiadora, diante do tamanho da área ocupada e da pretensão de produzir muitas toneladas de grãos, o que demandava esforço coletivo dos assentados e respaldo do governo para sua realização. E, como se sabe, o acesso aos programas sociais no Brasil ainda é bastante complexo e as famílias assentadas não dão conta de produzir sem apoio e fomento do governo.

Portanto, para avaliar os impactos ocorridos na região, faz-se necessário estabelecer uma relação entre os objetivos e as metas propostas nos planos, PDA Itamarati I e PDA Itamarati II, e sua consecução ao longo da implementação dos

²⁹ MS – FCR – PDA II, *Op. Cit.* 2006, p.5.

programas e projetos que vêm sendo desenvolvidos, com o suporte de organizações governamentais e não governamentais.

4. Os impactos decorrentes do Assentamento Itamarati

O levantamento das fontes de pesquisa teve início logo nos primeiros meses do ano de 2010. Em visitas ao INCRA-S16/MS, teve-se acesso aos PDA Itamarati e Itamarati II, foram entrevistados técnicos do órgão e se obteve autorização para o trabalho *in loco*. Após a análise dos referidos planos, foi possível identificar quais programas e projetos previstos vêm sendo executados. As visitas ao Assentamento Itamarati, no período compreendido entre os meses de outubro de 2010 e maio de 2011, permitiram observar as condições que o cercam e os seus impactos na região.

No Assentamento, foi possível visitar os órgãos administrativos do INCRA e da Agraer, a Associação Cidadania São José – ACSJ³⁰ – e, ainda, as escolas, a vila urbana e alguns lotes do assentamento. Nessa ocasião, além das observações e das entrevistas realizadas com técnicos do INCRA e da Agraer, também foram entrevistados professores, comerciantes, coordenadora da ACSJ, técnicos da Agraer e lideranças do assentamento, escolhidos aleatoriamente.

Os órgãos governamentais instalados no local são representados por um escritório do INCRA e da Agraer. Ao INCRA compete, dentre suas funções, auxiliar os grupos sociais nas ações de demarcação e regularização dos lotes, emissão de documentos e certificados. Ainda, viabiliza recursos para infraestrutura do assentamento, por meio do Crédito Instalação (apoio, fomento, materiais de construção e reestruturação habitacional), bem como presta orientação para acesso aos programas financiados pelo governo federal.

A Agraer, como agência de extensão rural, orienta os assentados no processo de melhoria das condições de vida e no processo de produção, fomentando projetos sociais ou de geração de renda, em parceria com outras instituições, incentivando a agricultura familiar. Porém, segundo seus técnicos, os projetos

³⁰ ACSJ entidade vinculada à Igreja Católica, presente no Assentamento Itamarati desde 2006.

são desenvolvidos atendendo às “demandas do mercado”, gerando conflito com a aptidão do pequeno agricultor.

Em geral, a agricultura familiar desenvolve sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Portanto, não corresponde ao sistema de produção coletiva proposto para os Assentamentos Itamarati I e II.

Foi possível perceber, através do trabalho de campo, uma tentativa de se alargar a abrangência dos programas de agricultura familiar no Assentamento Itamarati, ao mesmo tempo em que, nas áreas coletivas, efetua-se investimento em projetos que viabilizem o agronegócio por meio de cooperativas.

Cabe aqui uma referência ao acesso a recursos pelo Pronaf. Esse programa financia projetos individuais ou coletivos, objetivando gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Para o agricultor acessar o Pronaf, deve ter clareza da necessidade do crédito, seja ele para custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários. Ele precisa ter, também, toda a documentação pessoal e a do lote em dia para acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.³¹

Portanto, muitas ações propostas no PDA I e PDA II não seriam desenvolvidas se não fossem dadas aos assentados as condições para que se materializassem. Essa dependência se agrava na produção em áreas coletivas, pois o investimento é feito pelo grupo, no sistema coletivo ou sócio-proprietário.

Nas entrevistas realizadas, verificou-se que os assentados sem experiência anterior no trabalho com a terra têm mais dificuldade de ajustar-se ao modelo coletivo do que ao trabalho em sítio individual. Parte deles se esforça até para manter a produção de subsistência.

Foi possível verificar que o modelo de trabalho coletivo ou sócio-proprietário, desenvolvido em conformidade com seus respectivos planos, passa por uma crise que compromete o desenvolvimento do Assentamento Itamarati. A maior

³¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Programa Nacional de Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

parte dos grupos trabalha no sistema de parcerias. Os demais “arrendaram” seus lotes para pagar dívidas geradas pelo alto custo de manutenção dos equipamentos ou pelas quebras de safras anteriores ou, ainda, pela incapacidade dos assentados de realizarem o plantio sem os recursos necessários. No Assentamento Itamarati I, apenas dois grupos se destacam com atividade pecuária leiteira e, no Assentamento Itamarati II, dos vinte e sete grupos que trabalhariam em áreas de irrigação por pivô central, somente uma é gerida pelos assentados.

Sobre a questão do arrendamento, mesmo se tratando de uma prática ilegal, tal ocorrência foi confirmada em depoimentos informais durante a visitação. Os assentados se referiam aos arrendatários como “parceiros” e argumentavam que essa foi a alternativa encontrada para que o assentamento continuasse produzindo. Nos estudos de Terra, essa questão também foi observada.

O arrendamento de áreas em assentamentos é prática ilegal, que foge dos propósitos da reforma agrária, pois o que se espera com a criação de um assentamento de trabalhadores rurais é que o acesso à terra lhes dê condições de se reproduzir socialmente, obtendo o sustento a partir da exploração direta do lote recebido, através do trabalho familiar, e não que vivam da renda da terra. No caso do Assentamento Itamarati, os pivôs são importantes vetores a impulsionar esse tipo de prática, inclusive com a anuência do próprio INCRA que orienta os assentados a não declararem que arrendaram suas terras e sim, que estabelecem parcerias com produtores de soja e milho da região, não incorrendo assim em nenhum ato ilegal³².

Questionados sobre tal irregularidade, os técnicos da Agraer responderam que “esse tipo de ação” é feito entre os próprios assentados e empresas ou pessoa física, mas que não têm conhecimento direto de tais transações. Relatam, ainda, que, em associação com os assentados, alguns parceiros (arrendatários) assumem sua parte no acordo entrando com maquinários. Bem como, que outras parcerias são estabelecidas para quitação de dívidas de safras anteriores, superando a inadimplência dos assentados com as empresas. Poucos são os grupos com a perspectiva de voltar a produzir coletivamente, sem ajuda de terceiros.

Ratificando Terra³³, “não estamos aqui, de forma alguma, defendendo ou fazendo apologia ao arrendamento”. Porém, são necessárias políticas públicas mais

³² VTERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2010, p. 111.

³³ VTERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2009, p. 296.

eficazes direcionadas à solução desse problema, para evitar a prática “espúria” do arrendamento de terras destinadas à reforma agrária. A terra arrendada deixa de cumprir sua função social e motiva estritamente a produção para o mercado.

Essa “alternativa” encontrada pelos assentados e “ignorada” pelos gestores, reforça a ideia de que a implantação de assentamentos baseados em um modelo de convivência forçada torna-se inviável. Nos depoimentos dos próprios assentados, as dificuldades de relacionamento se sobressaíram. Caso houvesse maior união e solidariedade entre os membros dos grupos, muitas das dificuldades encontradas poderiam ter sido resolvidas.

Com relação ao número de habitantes dos Assentamentos Itamarati I e II, dados do censo realizados pelo IBGE, divulgados no sítio do Jornal Folha do Campo, em 12.1.2011³⁴, evidenciam que a população diminuiu. A população do Assentamento Itamarati em 2006 foi estimada em 15.370 habitantes, e o último censo revelou uma população de 13.730 pessoas. Cerca de 11.900 habitantes vivem em seus lotes e outros 1.830 nas casas dos núcleos urbanos. A soma da população dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II representa 17,85% da população de Ponta Porã, é maior que a população de 34 dos 78 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. O resultado, portanto, é positivo quanto ao desenvolvimento das zonas rurais no Estado.

O jornal eletrônico Folha do Campo (12.01.2011), usando dados do IBGE sobre a produção agropecuária do Assentamento Itamarati, informa que, dos 39,5 mil hectares de terra para a agricultura, 48,71% servem à plantação de soja. Na safra de 2009/2010, foi colhido 1 milhão de sacas desse grão. Foram produzidos, ainda, milho, arroz, café, tomate, gergelim, uva e abacaxi. O relatório do IBGE, censo 2010,³⁵ também informou que a pecuária contribuiu com 16.800 cabeças de gado, produção de 20 mil litros de leite/dia e 500 cabeças de ovelha.

Porém, na mesma edição do periódico é revelado que parte dessa produção saiu das mãos dos novos donos dos lotes. Chama a atenção o perfil desse novo “sem-terra”, o segundo dono do lote, que supostamente pagou por ele e, na maio-

³⁴ VFOLHA do CAMPO. *Assentamento Itamarati é retrato do abandono. Jornal eletrônico, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.mercosulnews.com>>. Acesso em: 6 jun. 2011.*

³⁵ IBGE. *Censo demográfico 2010*. [Municípios Mato Grosso do Sul, 2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2011.

ria das vezes, desloca-se para o assentamento a fim de investir em uma atividade rentável, não tendo como objetivo primeiro a produção para a subsistência.

Em entrevista com técnicos do INCRA, tomamos conhecimento de que haveria uma vistoria em todos os assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul. Pois, em 69 assentamentos, havia denúncia de lotes abandonados e de vendas para um novo “dono”. Constata-se a ocorrência de uma iniciativa ilegal, pois as terras dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II e de muitos outros assentamentos ainda são de propriedade do INCRA. As famílias assentadas só receberiam o título da propriedade depois de 10 anos, em conformidade com a legislação.

O jornal Folha do Campo de 3 de maio de 2011, em seu sítio eletrônico, publicou matéria sobre o recenseamento feito no Assentamento Itamarati, decorrente de vistoria realizada pelo INCRA. Das 2.859 famílias assentadas, 1.692 estão em situação irregular. Dessas, 411 não residem nos lotes, 191 invadiram, compraram ou estão ocupando o lote de forma irregular. Há casos de lotes em nome de terceiros, 1.090 assentados arrendando seus lotes e cerca de 30 arrendatários plantando no Itamarati

Entre as irregularidades, existem casos de assentados que adquiriram os lotes dos vizinhos e fizeram pequenas fazendinhas de 200 ou 300 hectares. Alguns arrendatários compraram irregularmente as parcelas das áreas conhecidas como “societárias” do Assentamento Itamarati II, constituindo uma propriedade maior. Na matéria, o representante local do INCRA-S16/MS informou que pretende fazer a retomada desses lotes para assentar famílias acampadas ao longo das rodovias do Estado, devidamente cadastradas no projeto de reforma agrária.

A questão do arrendamento veio reforçar os problemas enfrentados pelo modelo de produção coletiva, demonstrando uma incapacidade dos assentados para a formação de associações ou cooperativas. A essa dificuldade, somaram-se outras como os desajustes no relacionamento entre os membros do grupo, a deficiência de assistência técnica, a falta de capacitação para o trabalho mecanizado, as estradas em péssimas condições e a falta de recursos para manutenção dos pivôs, o precário abastecimento de água e o alto custo da energia elétrica. Todas essas condições contribuíram favoravelmente à instauração do arrendamento.

Quando foi elaborado o perfil dos assentados no Itamarati II, fez parte do inventário o conhecimento das atividades desenvolvidas pelos assentados e sua relação com a atividade agrícola. O resultado indicou que apenas 1% desenvolvera

atividade na agricultora, 13% eram trabalhadores rurais e, sobre a capacidade de trabalho em grupo, apenas 11% informaram ter participado de cooperativas ou associações. Esses dados demonstraram a urgente necessidade de investimento na capacitação dos assentados³⁶.

O trabalho de campo também revelou que, com apoio da extensão rural por meio da Agraer e da ACSJ, há 72 famílias associadas ao Núcleo de Agroecologia, produzindo de acordo com o sistema agroecológico, comercializando seus produtos com selo da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS. Esse núcleo vem desenvolvendo métodos de controle de pragas e adubação do solo sem uso de produtos químicos.

De início, foram cadastradas 150 famílias, mas a redução desse número em quase 50% demonstra a dificuldade de os produtores enquadrarem-se na produção orgânica. Muitos não conseguiram o acréscimo de valor sobre seu produto. Algumas experiências foram transformadas em artigos, publicados nos “Cadernos de Agroecologia, V5 N.1, 2010”. O Núcleo de Agroecologia conseguiu demonstrar, no Assentamento Itamarati, que a organização e a união em torno de grandes objetivos comuns podem “superar as diferenças filosóficas” existentes entre os vários movimentos sociais presentes.

As experiências trazidas no corpo deste trabalho indicam que todos os segmentos envolvidos com assentamentos precisam se mobilizar para o investimento em ações de educação e capacitação dos assentados, permitindo, dessa forma, que os objetivos da reforma agrária sejam alcançados. Pelo montante de famílias assentadas e recursos públicos investidos, percebe-se que os projetos de produção coletiva fracassaram em razão da inexperiência dos produtores, da falta de financiamentos específicos para essa finalidade, da falta de capacitação profissional para a agricultura mecanizada e, até mesmo, da falta de energia elétrica, importante para a utilização dos pivôs.

Contudo, para aquela parcela de famílias que permaneceram em seus lotes, desenvolvendo atividades produtivas, pode-se considerar que, longe de ser um modelo, os Assentamentos Itamarati I e II vêm assegurando melhores condições de vida em comparação às vigentes nos acampamentos.

³⁶ Mato Grosso do Sul. Fundação Cândido Rondon – FCR. *Plano de Desenvolvimento Fazenda Itamarati II*, Campo Grande, MS, abr. 2006. 315p.

Considerações finais

É preciso pensar reforma agrária como uma política voltada não apenas para a distribuição de terras, incapaz, por si só, de atender às expectativas e necessidades do pequeno trabalhador rural. É fundamental transformá-la em instrumento de desenvolvimento econômico, estabelecendo, ao mesmo tempo, sua interface com as demais políticas sociais, visando ao desenvolvimento humano e social.

Essa consideração não deveria ser estranha à formulação de políticas sociais, pois é preciso pensar novas alternativas que incluam o bem-estar do homem, o aprimoramento da relação que ele estabelece com o lugar onde vive e das práticas que se criam nessa relação. É necessário pensar a inclusão social das famílias assentadas, desde a condição de acampadas, garantindo-lhes direitos sociais.

Um dos objetivos dos movimentos sociais rurais é reocupar e reorganizar a exploração da terra, com o intuito de elevar o assentado ao exercício dos direitos de cidadania. Tais movimentos lutam pela terra como expressão do trabalho e da vida, em contraposição ao movimento de expropriação determinado pelo capital. A contradição, porém, é a de que, quando alcançam essa conquista, os assentados inserem-se na produção na condição de detentores de capital.

Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos asseguram que a reforma agrária passou a priorizar o desenvolvimento social, demonstrando maior preocupação com o homem e suas relações com o meio ambiente. Porém, a análise dos planos do Assentamento Itamarati evidencia descontinuidade e asfixia de certas atividades produtivas e a procura de alternativas e soluções que terminam por negar os princípios e objetivos que os nortearam.

Na distribuição de lotes, com poucas exceções, as famílias assentadas receberam duas frações de terras, uma individual e outra coletiva. Os projetos elaborados previam produção para a subsistência nos lotes individuais e produção em escala nos lotes coletivos, incentivadas pelo programa de agricultura familiar. Para o desenvolvimento das ações, o governo financiou a produção com recursos do Pronaf, mas grande parte dos assentados não conseguiu acessá-los.

Em face das dificuldades para desenvolver a produção coletiva, sobretudo, a alternativa encontrada pelas famílias dos Assentamentos Itamarati I e II foi o arrendamento e a venda irregular de lotes àqueles que detinham meios e condições de produzir. Foi provocado, assim, um sensível processo de reconcentração de terras naqueles domínios, avesso aos objetivos dos planos norteadores.

